

A língua sob exame: certificação, poder e exclusão

Language under exam: certification, power, and exclusion

La lengua bajo examen: certificación, poder y exclusión

RESUMO

Este artigo analisa criticamente os exames de proficiência linguística como instrumentos de certificação, controle e mobilidade no contexto global. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com elementos descritivos quantitativos, baseada em um questionário online respondido por 70 participantes multilíngues, visando explorar as motivações, os usos e as percepções associadas à realização desses exames. Os resultados apontam para a hegemonia do inglês como língua dominante nos processos seletivos internacionais, bem como para o uso estratégico dos testes como meio de acesso a universidades, empregos e migração. Apoiado por uma fundamentação teórica em políticas linguísticas e poder simbólico, o artigo argumenta que tais exames operam como filtros institucionais que legitimam determinados saberes linguísticos e excluem práticas que não se encaixam nos modelos normativos vigentes. Conclui-se problematizando os regimes de certificação vigentes e defendendo modelos mais inclusivos de validação linguística.

Palavras-chave: certificação; exames de proficiência; Exclusão simbólica; Mercado linguístico; política linguística.



Recebido em: 16 de setembro de 2025
Aceito em: 24 de fevereiro de 2026
DOI: 10.26512/les.v26i2.59698

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Leonardo Alves

dadoleo91@gmail.com

orcid.org/0009-0009-8933-7489

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Gilvan Müller de Oliveira

gimioiz@gmail.com

orcid.org/0000-0003-3868-2618

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

ARTIGO

ABSTRACT

This article critically analyzes language proficiency exams as instruments of certification, control, and mobility in the global context. The research employs a qualitative approach with quantitative descriptive elements based on an online questionnaire answered by 70 multilingual participants, aiming to explore the motivations, uses, and perceptions associated with taking such exams. The findings highlight the hegemony of English as the dominant language in international selection processes, as well as the strategic use of proficiency tests as gateways to universities, employment, and migration. Grounded in a theoretical framework of language policy and symbolic power, the article argues that these tests function as institutional filters that legitimize certain linguistic practices while excluding others that do not conform to dominant norms. It concludes by questioning prevailing certification regimes and proposing more inclusive approaches to linguistic validation.

Keywords: certification; proficiency exams; symbolic exclusion; linguistic market; language policy.

RESUMEN

Este artículo analiza críticamente los exámenes de competencia lingüística como instrumentos de certificación, control y movilidad en el contexto global. La investigación adopta un enfoque cualitativo, con elementos descriptivos cuantitativos, basado en un cuestionario en línea respondido por 70 participantes multilingües, con el objetivo de explorar las motivaciones, los usos y las percepciones asociadas a la realización de dichos exámenes. Los resultados señalan la hegemonía del inglés como lengua dominante en los procesos de selección internacionales, así como el uso estratégico de las pruebas como medio de acceso a universidades, empleos y migración. Apoyado en un marco teórico de políticas lingüísticas y poder simbólico, el artículo sostiene que estos exámenes funcionan como filtros institucionales que legitiman determinados saberes lingüísticos y excluyen prácticas que no se ajustan a los modelos normativos vigentes. Se concluye problematizando los regímenes de certificación dominantes y planteando modelos más inclusivos de validación lingüística.

Palabras clave: certificación; exámenes de competencia; exclusión simbólica; mercado lingüístico; política lingüística.

Como citar:

ALVES, Leonardo; OLIVEIRA, Gilvan Müller. A língua sob exame: certificação, poder e exclusão. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 26, n. 2, p. 314-334, jul./dez. 2025. DOI: 10.26512/les.v26i2.59698. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Creative Commons Attribution 4.0 International license
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



INTRODUÇÃO

A crescente mobilidade internacional de estudantes, pesquisadores e trabalhadores tem consolidado as línguas como elementos centrais na organização das oportunidades educacionais e profissionais em escala global. Nesse cenário, os testes de proficiência linguística deixaram de ser apenas instrumentos pedagógicos para se tornarem dispositivos reguladores do acesso a bens simbólicos e materiais: universidades, bolsas de estudo, empregos, vistos e reconhecimento institucional. Exames como *Test of English as a Foreign Language* (TOEFL), *International English Language Testing System* (IELTS), *Diplôme d'Études en Langue Française* (DELF), *Cambridge English Qualifications* (CEQ), *Diploma de Español como Lengua Extranjera* (DELE), *Hanyu Shuiping Kaoshi* (HSK) e Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras) produzem hierarquias, operando como certificações de pertencimento e legitimidade em domínios sociais marcados pela competição e pela exclusividade.

Os testes de proficiência carregam consigo projetos ideológicos e políticas linguísticas implícitas (Shohamy, 2001). Eles definem o que conta como linguagem legítima, quais línguas têm valor de mercado e quais formas de uso são consideradas adequadas. Ao reforçar padrões normativos associados a variedades de prestígio, esses exames contribuem para consolidar a centralidade de certas línguas no sistema-mundo, como é o caso do inglês, cujo papel dominante se articula à lógica do *soft power*¹ (Nye, 2004). Assim, a certificação linguística atua como um filtro simbólico que define quem pode circular com autoridade entre espaços acadêmicos e profissionais, legitimando certas trajetórias e silenciando outras.

Calvet (2002) percebe que o funcionamento do mercado linguístico global não pode ser dissociado de dinâmicas de oferta, demanda, custo e valor. Os exames de proficiência são a forma mais explícita dessa mercantilização da língua: eles não apenas avaliam competências, mas precificam e legitimam a circulação simbólica do capital linguístico. A partir dessa lógica, o certificado de proficiência atua como uma moeda reconhecida em diferentes constelações linguísticas, convertendo habilidades em oportunidades acadêmicas, profissionais e migratórias.

Com base nessas premissas, este artigo analisa o papel dos testes de proficiência a partir da experiência de 70 participantes multilíngues. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza descritiva, que utiliza um questionário *online* para investigar as motivações, os usos sociais e as percepções subjetivas relacionadas aos exames. Os dados quantitativos foram empregados de forma exclusivamente descritiva, como suporte à caracterização das tendências gerais observadas. O levantamento também contempla dados sobre o número de línguas estudadas, os fatores que

¹ O conceito de *soft power* foi formulado por Joseph Nye (1990; 2004) para designar a capacidade de um Estado ou instituição de influenciar outros atores não pela coerção militar ou econômica (*hard power*), mas pela atração de seus valores, instituições, cultura e políticas. No campo das línguas, o *soft power* se manifesta na difusão de idiomas por meio de certificações, currículos e institutos culturais, configurando um poder simbólico que molda preferências e legitima hierarquias no sistema internacional.

influenciam a escolha do teste e o impacto do processo de preparação nas habilidades linguísticas dos respondentes. Ao articular esses dados com um referencial teórico crítico em políticas linguísticas, buscamos compreender como os exames de proficiência operam como práticas de gestão da linguagem, influenciando projetos pessoais, políticas de internacionalização e regimes de exclusão simbólica.

A escolha por analisar os exames de proficiência como prática de política linguística se justifica pela necessidade de compreender quem tem acesso à certificação, em que condições e com quais efeitos sociais. Inspirado por autores como Bourdieu (1991), Spolsky (2004), Blommaert (2005), Shohamy (2001) e Calvet (2002, 2006, 2020-2021), este estudo parte da concepção de que a linguagem é indissociável das relações de poder. Ao tratar os testes de proficiência como políticas linguísticas em ação, o artigo problematiza o caráter meritocrático e técnico com que essas avaliações são frequentemente apresentadas, propondo uma leitura crítica sobre sua função na produção de desigualdades, padronizações e legitimações simbólicas em contextos multilíngues.

1. POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E CERTIFICAÇÃO: DA TEORIA ÀS PRÁTICAS SOCIAIS

Os testes de proficiência linguística desempenham um papel estratégico nos processos de mobilidade educacional, profissional e migratória. Longe de serem instrumentos neutros de avaliação de conhecimento, essas provas estão profundamente implicadas em disputas por legitimidade linguística, poder simbólico e controle social. Nesse sentido, propomos uma análise sob um enquadramento teórico que considere as dimensões políticas e ideológicas das práticas avaliativas e seu enraizamento em regimes globais de produção de valor linguístico.

Reformulações curriculares ou programáticas em políticas linguísticas têm efeito limitado se a política de avaliação permanecer inalterada. Como observa Shohamy (2001, p. xiii, tradução nossa), “nenhuma mudança de política pode ocorrer sem uma mudança na política de avaliação, pois a política de testes se torna, na prática, a política linguística vigente”. Assim, os exames além de mensurarem habilidades, funcionam como instrumentos de política linguística, regulando comportamentos e legitimando determinadas variedades, registros e performances.

Pennycook (2006) propõe uma leitura pós-moderna da política linguística que desloca o foco tradicional dos Estados e instituições centralizadas para uma compreensão mais ampla dos mecanismos cotidianos e descentralizados de controle social. Inspirado no conceito foucaultiano de governamentalidade, o autor argumenta que práticas como exames, testes, currículos, avaliações e normatizações da linguagem funcionam como tecnologias de governo – dispositivos que regulam o comportamento, o pensamento e a identidade dos sujeitos, muitas vezes de forma invisível e naturalizada.

Ao discutir o *français fundamental*, Calvet (2020-2021) analisa como, já nos anos 1950, o ensino de línguas esteve submetido a lógicas geopolíticas. Esse projeto nasceu da ideia de criar

um “francês básico”, inspirado no *Basic English*², reduzido a um vocabulário selecionado, pensado para facilitar o ensino do francês a estrangeiros e às populações coloniais da União Francesa. Embora concebido como ferramenta pedagógica, o *français fondamental* foi rapidamente criticado como instrumento de imperialismo linguístico, pois estabelecia uma divisão simbólica entre um francês “pleno”, reservado às elites, e um francês “simplificado”, destinado a estrangeiros e colonizados. Toda política de ensino de línguas é atravessada por decisões ideológicas e estratégicas, e os atuais exames de proficiência podem ser compreendidos como continuidade desse processo: políticas linguísticas nas quais Estados e instituições certificadoras projetam sua influência e definem quais repertórios são reconhecidos como legítimos. A certificação internacional, assim, atua como dispositivo que conecta o plano pedagógico ao plano político, funcionando como tradução prática daquilo que Calvet (2020-2021) denomina “politologia linguística”.

Para Calvet (2017, 2020-2021), a politologia linguística designa um programa analítico-operacional que reconstrói o ciclo de políticas da linguagem como cadeia causal e normativa: (i) diagnóstico sociolinguístico (mapeamento de repertórios, usos, ideologias e mercados linguísticos); (ii) decisão política (fixação de objetivos, prioridades e hierarquias entre línguas e variedades); (iii) planificação (planejamento de status/corpus/aquisição, desenho curricular, alocação de recursos); (iv) implementação (instituições, formação docente, materiais, exames e certificação); e (v) avaliação com retroalimentação (ajustes regulatórios e pedagógicos). Neste enquadramento, os testes de proficiência figuram como dispositivos de implementação com força regulatória: cristalizam modelos de competência, instituem escalas de valor, produzem *washback* (reorientando ensino e aprendizagem), operam como tecnologias de governo (seleção, triagem, prestação de contas) e articulam interesses estatais e paraestatais. A politologia linguística permite ler métricas clássicas (validade, confiabilidade, equidade) não apenas como problemas psicométricos, mas como escolhas político-ideológicas sobre quem conta como proficiente, em que variedade e para quais mobilidades, e obriga a considerar externalidades distributivas (custos, acessibilidade territorial e digital, periodicidade) que condicionam o acesso ao capital linguístico certificável e, portanto, à circulação acadêmica, laboral e migratória.

Oliveira (2010) aponta que a aceleração dos processos linguísticos nos últimos anos tem sido um reflexo direto da crescente centralidade das línguas no cenário mundial. Países que tradicionalmente eram clientes de políticas linguísticas externas agora correm para desenvolver suas próprias estratégias, criando certificados de proficiência, reformando sistemas de ensino de línguas estrangeiras e oficializando novas línguas. Os certificados de proficiência, apoiados por novas estruturas de financiamento e divulgação, são um exemplo claro dessa mudança, mostrando como as línguas passaram a ocupar um novo lugar no centro das disputas de hegemonia cultural e política. As línguas são vistas como recursos estratégicos fundamentais no jogo geopolítico e no

² O *Basic English* foi uma proposta criada por Charles Kay Ogden, nos anos 1930, que reduzia o inglês a 850 palavras com o objetivo de servir como língua auxiliar internacional e instrumento pedagógico simplificado.

fortalecimento do poder de atração de uma nação. Bourdieu (1991) considera que a linguagem também é uma forma de capital simbólico, e que as línguas e seus modos de uso são valorizados de acordo com seu prestígio social e sua inserção nos sistemas de poder. Os certificados de proficiência funcionam como moedas simbólicas de reconhecimento no mercado linguístico global.

A língua oficial está intrinsecamente ligada ao Estado, tanto em sua origem quanto em seus usos sociais. É no processo de formação do Estado que se constroem as condições para a constituição de um mercado linguístico unificado, no qual a língua oficial ocupa a posição dominante. Essa língua torna-se obrigatória em contextos institucionais – como escolas, repartições públicas e instituições políticas – e passa a ser a norma teórica contra a qual todas as outras práticas linguísticas são avaliadas. A imposição dessa norma não depende do conhecimento ou desconhecimento do falante, pois há um sistema de regulação estruturado que sustenta sua legitimidade. Os gramáticos funcionam como juristas da linguagem, estabelecendo regras e legitimando formas de fala, enquanto os professores atuam como agentes de imposição, avaliando, sancionando e qualificando os sujeitos falantes de acordo com o domínio da língua oficial. Assim, o Estado monopoliza o poder de definir o valor legítimo das práticas linguísticas, condicionando o acesso a posições sociais e a formas de reconhecimento simbólico.

A análise de Bourdieu (1991) sobre a constituição de um mercado linguístico unificado fornece a base estrutural para a politologia linguística proposta por Calvet (2017; 2020-2021). Enquanto o primeiro evidencia o papel do Estado na monopolização da língua legítima e na imposição de normas simbólicas, o segundo mostra como essas decisões se desdobram em políticas linguísticas concretas – do ensino e certificação à avaliação – retroalimentando a lógica de legitimação e exclusão.

A reflexão sobre a língua oficial como instrumento de poder simbólico do Estado permite compreender que os exames funcionam como dispositivos de regulação que, ao exigir o domínio normativo de determinadas línguas, reforçam a autoridade de instâncias legitimadoras, como instituições educacionais, agências certificadoras e sistemas estatais. Assim como a escola submete os sujeitos à norma da língua oficial, os testes de proficiência submetem os falantes a critérios normativos de línguas hegemônicas, sendo aplicados por “juristas” da linguagem contemporânea – examinadores, professores e certificadores – que decidem quem detém ou não a competência linguística reconhecida. Nesse sentido, esses testes regulam o acesso a oportunidades sociais, educacionais e profissionais, convertendo o capital linguístico em capital simbólico reconhecido internacionalmente.

A partir da perspectiva crítica de Blommaert (2005), os testes de proficiência linguística podem ser compreendidos como instrumentos inseridos em regimes de poder que produzem e reproduzem desigualdades. Tais exames operam como práticas discursivas que selecionam, incluem e excluem indivíduos com base em critérios linguísticos normativos, funcionando, assim, como mecanismos de distinção social e geopolítica. Contudo, a construção do que se entende por

“proficiência” é, ela mesma, atravessada por ideologias linguísticas. Blommaert (2005) aponta que os regimes de avaliação da linguagem operam a partir de ideologias que definem arbitrariamente o que conta como linguagem legítima, o julgamento sobre o que é ou não proficiente é profundamente contextual, histórico e político.

Ao padronizarem performances linguísticas, os testes de proficiência também influenciam os próprios processos de ensino e aprendizagem. A pressão para atingir bons resultados leva a um ensino/aprendizagem voltado para o teste, empobrecendo a experiência pedagógica e restringindo o letramento crítico dos aprendizes. Essa crítica se alinha à noção de política de exames como um tipo de imposição ideológica que se manifesta sob a aparência de neutralidade técnica.

Para Freire (2023), ensinar é criar condições para que o conhecimento e o processo educativo sejam construídos de forma dialógica, promovendo a emancipação crítica do sujeito, que passa a problematizar sua realidade e buscar transformações, em vez de se limitar a armazenar informações para a realização de testes. Essa concepção contrasta com a crítica de Bourdieu (1991), que identifica nos professores o papel de agentes de imposição, encarregados de avaliar, sancionar e atribuir valor social aos falantes conforme seu domínio da língua oficial. Nesse sentido, práticas pedagógicas orientadas exclusivamente por exames desconsideram a singularidade dos sujeitos e seus repertórios linguísticos e culturais, substituindo a construção dialógica do conhecimento por uma preparação técnica e descontextualizada.

Por outro lado, é preciso reconhecer que os exames de proficiência também funcionam como instrumentos de mobilidade e inserção internacional, especialmente para sujeitos provenientes de contextos periféricos. Calvet (2006) propõe pensar a política linguística a partir de uma ecologia das línguas, em que o reconhecimento da diversidade linguística seja acompanhado de uma distribuição mais equitativa de recursos, direitos e visibilidade. Dentro dessa ecologia, a certificação pode ser um meio de democratizar o acesso a oportunidades globais – desde que acompanhada de políticas públicas que promovam o ensino de línguas de forma acessível e crítica.

No modelo galáctico proposto por Calvet (2006), as línguas são organizadas em constelações nas quais uma língua hipercentral exerce influência sobre outras em sua órbita. Essa configuração não é meramente descritiva, mas reflete relações de poder e de valor simbólico que as línguas ocupam em um sistema linguístico global profundamente desigual. O inglês figura como a língua hipercentral de diversas constelações, não apenas pela extensão territorial em que é utilizado como língua oficial ou administrativa, nem pelo número de falantes, mas, sobretudo, pelo seu peso ecológico – uma noção que remete à sua capacidade de se impor como língua de referência em múltiplos domínios de uso, como a ciência, a tecnologia, a diplomacia e o ensino. Nesse modelo, o “peso das línguas” é uma construção que articula aspectos quantitativos e qualitativos, isto é, o número de falantes e sua dispersão espacial, mas também a funcionalidade e o prestígio atribuídos a essas línguas no sistema-mundo.

Spolsky (2004) contribui com uma tipologia útil ao entender a política linguística como composta por três componentes: práticas linguísticas, crenças linguísticas e gestão linguística. Os testes de proficiência se inserem claramente no âmbito da gestão, ou seja, são instrumentos através dos quais autoridades – estatais, acadêmicas, institucionais – regulam o uso e o valor das línguas. Mas sua eficácia e legitimidade dependem também das crenças sociais sobre o valor das línguas e das práticas concretas de uso, que nem sempre coincidem com os critérios de avaliação institucionalizados.

Tollefson (1991) acrescenta que os exames funcionam como filtros linguísticos que operam para manter certas fronteiras sociais e nacionais, reproduzindo, em linguagem, os limites do privilégio e da cidadania global, ao exemplo de que, muitas vezes, o inglês pode ser requisito em posições de emprego em que o inglês sequer é utilizado no ambiente de trabalho. Isso é especialmente problemático quando certificados se tornam exigência legal ou administrativa para vistos, bolsas e concursos, como tem ocorrido em programas de intercâmbio e migração internacional.

É necessário, portanto, compreender os exames de proficiência como parte de um ecossistema político, educacional e ideológico que impacta diretamente a trajetória de aprendizes de línguas. A política linguística que sustenta esses exames reforça a noção de capital linguístico e cultural formulada por Bourdieu (1991), na medida em que o acesso a uma segunda língua – e, mais ainda, a um exame de proficiência – está longe de constituir um processo democrático e universal. Assim, erguem-se barreiras legitimadas que segregam aqueles considerados aptos a ocupar os melhores empregos, a receber os melhores salários, a ingressar nas melhores universidades e a circular em determinados espaços sociais.

2. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza descritivo-interpretativa que faz uso de dados quantitativos de caráter exclusivamente descritivo. As respostas fechadas foram tratadas por meio de frequências e percentuais, com o objetivo de indicar tendências gerais entre os participantes, enquanto os dados discursivos e as percepções subjetivas foram analisados qualitativamente, buscando compreender os motivadores individuais relacionados à realização de testes de proficiência linguística em contextos acadêmicos e profissionais.

A presente pesquisa está dispensada de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP), conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CNS nº 510, de 2016, que rege os procedimentos éticos em pesquisas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. O estudo se enquadra como uma pesquisa de opinião pública com participantes não identificados (Art. 1º, I e Art. 2º, XIV), uma vez que utilizou um questionário *online* anônimo, sem solicitação de nomes, e-mails, documentos ou quaisquer dados que possibilitassem a identificação direta ou indireta dos

respondentes. Todos os participantes contribuíram de forma voluntária e espontânea, sendo convidados a compartilhar percepções, experiências e motivações sobre exames de proficiência linguística. Não houve intervenção, manipulação ou risco físico, psicológico ou social aos participantes, tampouco coleta de dados sensíveis, o que reafirma o caráter opinativo, descritivo e de baixo risco do estudo.

O instrumento utilizado foi um questionário *online* elaborado no *Google Forms*, composto por perguntas fechadas, semifechadas e abertas, com foco em quatro eixos principais: (1) experiência prévia com testes de proficiência, (2) idiomas e exames realizados, (3) motivações para a certificação, e (4) usos sociais e profissionais dos certificados. O formulário foi elaborado em inglês, de forma a atingir um público internacional, e contou com a divulgação em redes sociais e grupos multilíngues de aplicativos de mensagem instantânea entre setembro e outubro de 2024.

A amostra analisada compreende 70 respondentes de diversas nacionalidades, níveis educacionais e contextos sociolinguísticos. Os critérios de inclusão considerados para este artigo foram: ter respondido voluntariamente ao formulário e ter respondido todos os campos de questões destacadas como “obrigatório”.

Para a análise dos dados, empregou-se uma abordagem qualitativa descritivo-interpretativa com suporte de procedimentos quantitativos descritivos. As respostas fechadas foram examinadas por meio de frequências, números absolutos e percentuais, com a finalidade de caracterizar tendências gerais do grupo. As respostas abertas foram organizadas em categorias temáticas emergentes, permitindo identificar motivações, percepções e expectativas relacionadas aos exames de proficiência. A interpretação dos resultados foi conduzida à luz do referencial teórico adotado, articulando as vozes dos participantes aos debates sobre política linguística, legitimidade e mobilidade global.

Contudo, a amostra apresenta um recorte específico, composto majoritariamente por respondentes com ensino superior completo (graduação ou pós-graduação) e experiência prévia com exames de proficiência. Esse perfil, ainda que relevante para os objetivos do estudo, não representa uma parcela significativa da população que, por motivos socioeconômicos, educacionais ou geográficos, não teve acesso ao estudo de línguas adicionais, tampouco à realização de exames internacionais de certificação linguística ou experiências de intercâmbio. Tal recorte limita a generalização dos resultados e reforça a necessidade de compreender a certificação linguística como um fenômeno socialmente desigual, acessível a grupos com maior capital educacional e cultural. Essa dimensão será retomada na análise e discussão dos dados, à luz das reflexões sobre política linguística, exclusão simbólica e legitimidade institucional.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

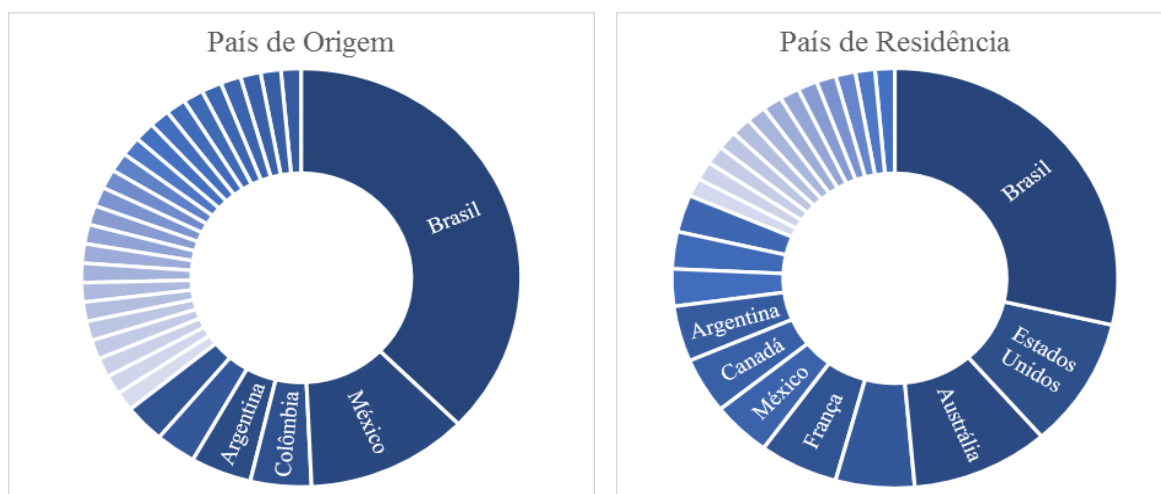
A realização de testes de proficiência linguística é uma prática amplamente disseminada entre aprendizes de línguas no mundo, especialmente à medida que a mobilidade acadêmica, as exigências do mercado de trabalho globalizado e os processos migratórios se intensificam. A pesquisa realizada por meio de formulário digital contou com a participação de 70 respondentes, dos quais 59 afirmaram já ter realizado ao menos um exame de proficiência. A análise deste grupo revela tanto tendências quanto motivações sociais, educacionais e políticas que sustentam essas escolhas.

3.1 Perfil sociodemográfico e linguístico dos respondentes

A amostra da pesquisa é composta por 70 respondentes, com predominância de pessoas na faixa etária entre 26 e 35 anos (47 participantes), seguidos por indivíduos de 18 a 25 anos (13), 36 a 45 anos (6), 46 a 55 anos (2), e uma única resposta para as faixas até 18 anos e acima de 56 anos. Em relação ao gênero, observa-se um número expressivo de participantes que se identificam como feminino, 53 respondentes, enquanto 17 se identificam como masculino.

Quanto ao país de origem, a maior parte dos respondentes é do Brasil (28), seguido por México (8), Colômbia (3), Argentina (3), Venezuela (2) e Turquia (2). Também há representações únicas de outros países, incluindo: Austrália, Camboja, Canadá, Chile, Costa Rica, França, Geórgia, Alemanha, Honduras, Índia, Indonésia, Itália, Japão, Líbano, Polônia, Eslováquia, Espanha, Trinidad e Tobago, Tunísia, Ucrânia, Estados Unidos, Vietnã, além de dois participantes que indicaram dupla origem: Brasil e Palestina e Estados Unidos e Croácia.

Gráficos 1 e 2 – País de origem e país de residência dos respondentes



Fonte: elaborado pelos autores, 2025.

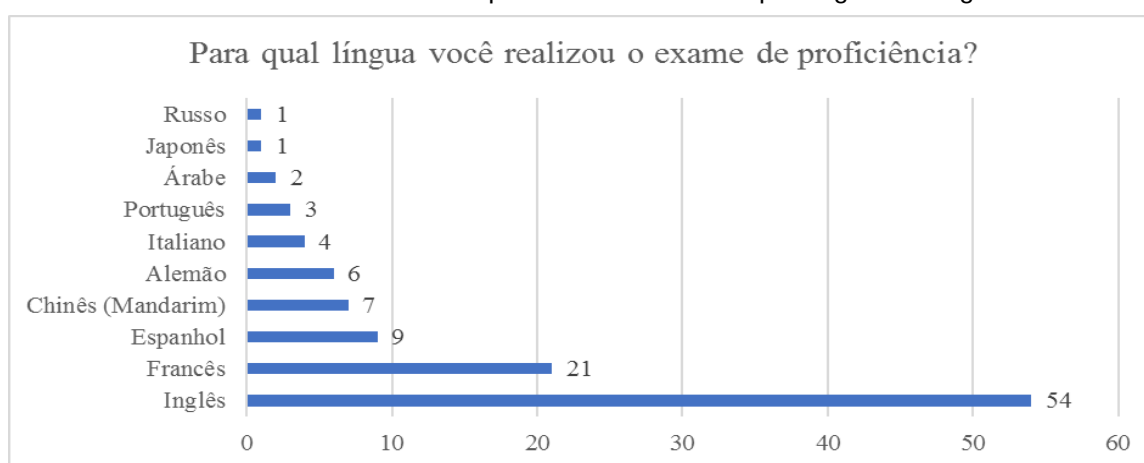
A residência atual dos respondentes revela um perfil altamente internacionalizado. Embora o maior número ainda resida no Brasil (20), há presença significativa de pessoas vivendo na Austrália (7), Estados Unidos (7), França (4), Emirados Árabes Unidos (4), Argentina (3), Canadá (3) e México (3). Outros países com uma ocorrência menor (1 ou 2 respondentes) incluem: Alemanha, Reino Unido, China, Áustria, Bélgica, Camboja, Colômbia, Croácia, Dinamarca, Índia, Países Baixos, Noruega, Panamá, Tunísia, Venezuela e um caso de residência compartilhada entre Turquia e Emirados Árabes Unidos.

Em termos de nível educacional, há um claro predomínio de respondentes com formação acadêmica avançada: 41 possuem pós-graduação (mestrado ou doutorado), 25 possuem graduação completa, e apenas 4 indicaram ter o ensino médio como nível máximo de escolaridade – sendo que um respondente, de acordo com a faixa etária inferior a 18 anos, ainda está no ensino secundário. Esse dado reforça o caráter academicamente orientado da amostra e está em consonância com os objetivos mais recorrentes vinculados à realização de testes de proficiência linguística, como o ingresso em programas de pós-graduação, intercâmbios e oportunidades profissionais no exterior, conforme discutido por Shohamy (2001).

3.2 Frequência e variedade dos testes realizados

Os dados indicam que a maioria dos participantes realizou mais de um exame de proficiência ao longo da vida, sendo o inglês a língua mais testada, seguido por francês, espanhol, chinês, alemão e italiano. Essa prevalência do inglês está em consonância com sua condição de língua franca global, ou hipercentral, utilizada como critério de acesso a universidades, bolsas e processos migratórios em escala internacional (Spolsky, 2004; Calvet, 2006).

Gráfico 3 – Exames de proficiência realizados por língua estrangeira



Fonte: elaborado pelos autores, 2025.

Entre os principais exames realizados, os voltados para a língua inglesa ocupam claramente as primeiras posições. O TOEFL aparece com 29 ocorrências, seguido pelo CEQ (19) – que engloba, nessa pesquisa, os exames de níveis diversos (KET, PET, FCE, CAE, CPE), aqui condensados sob uma única sigla – e pelo IELTS, com 15 registros. Somando-se ainda o *Test of English for International Communication* (TOEIC), o *Duolingo English Test* (DET) e o *Graduate Record Examination* (GRE), que também envolve domínio do inglês acadêmico, constata-se que mais da metade dos exames realizados pelos respondentes são voltados para o inglês. Esse dado reflete, como já discutido por Calvet (2006, 2020-2021) e Blommaert (2005), a hegemonia do inglês como língua central nas constelações linguísticas globais – com forte incidência nos domínios da ciência, da mobilidade acadêmica, das relações diplomáticas e do mercado de trabalho.

Além da variedade de exames disponíveis, chama atenção o fato de que o inglês é a única língua com múltiplas opções certificadoras amplamente reconhecidas, administradas por diferentes instituições e com abrangência internacional (ETS, British Council, Cambridge, Duolingo). Isso cria um cenário de flexibilização controlada, em que o candidato pode escolher entre formatos, prazos de validade, custos e abordagens pedagógicas distintas – o que não ocorre da mesma forma com outras línguas.

Os dados obtidos pela pesquisa dialogam com a concepção de Calvet (2006) na qual determinadas línguas ocupam posições hipercentrais em constelações que organizam o sistema-mundo. O predomínio do inglês entre os exames relatados pelos participantes confirma sua condição de língua hipercentral, cujo “peso” resulta não apenas da quantidade de falantes, mas do valor estratégico e simbólico atribuído globalmente. Nesse sentido, os exames como TOEFL, IELTS e CEQ materializam a centralidade do inglês no mercado global das línguas.

Calvet (2002) ainda ressalta que a globalização não conduz a uma homogeneização linguística simples, mas a uma hierarquização constante de línguas em função de sua utilidade e prestígio. Essa lógica se expressa tanto na multiplicidade de exames disponíveis para o inglês quanto na centralização rígida de certificações como o DELF/DALF para o francês, o DELE para o espanhol e o HSK para o mandarim. O sistema de certificação, portanto, reflete e reforça a desigualdade estrutural do mercado das línguas.

Em contraste com a diversidade de exames disponíveis para o inglês, outras línguas apresentam uma estrutura mais centralizada em relação à certificação linguística. No caso do francês, a certificação internacional está praticamente restrita ao *Diplôme d'Études en Langue Française* (DELF) para os níveis A1 ao B2, e ao *Diplôme Approfondi de Langue Française* (DALF) para os níveis C1 e C2 do Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas, exames padronizados promovidos pelo Ministério da Educação da França. O mesmo ocorre com o espanhol, cuja certificação é majoritariamente representada pelo *Diploma de Español como Lengua Extranjera* (DELE), outorgado pelo Instituto Cervantes em nome do Ministério da Educação da Espanha. Em ambos os casos, houve uma ausência de respostas para alternativas concorrentes amplamente

reconhecidas, o que evidencia um modelo institucionalizado de avaliação. O Instituto Cervantes ainda aplica o exame *Servicio Internacional de Evaluación de la Lengua Española* (SIELE), promovido pelo Instituto em parceria com a Universidade Nacional Autónoma do México, a Universidade de Salamanca e a Universidade de Buenos Aires, já bastante difundido e aceito internacionalmente, porém, sem nenhuma resposta entre os 70 respondentes, assim como o exame de proficiência em espanhol *Certificado de Español: Lengua y Uso* (CELU), da Argentina.

A situação se repete no ensino do mandarim, onde o *Hanyu Shuiping Kaoshi* (HSK), administrado pelo Instituto Confúcio, figura como a única certificação amplamente aceita em contextos educacionais e migratórios, deixando o exame taiwanês *Test of Chinese as a Foreign Language* (TOCFL), do Ministério da Educação de Taiwan, sem menções. Essa tendência revela uma lógica de estatização da certificação, em que a avaliação da proficiência linguística está vinculada a projetos nacionais de difusão cultural e política, alinhados a estratégias de *soft power* e de disputas geopolíticas em que as línguas são disputadas, assim como os exames. O mesmo padrão se observa em outras línguas como o japonês (através do *Japanese-Language Proficiency Test* – JLPT) e o português brasileiro (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros – CELPE-Bras), promovidas por instituições oficiais de seus respectivos países, sem a presença de alternativas independentes ou diversificadas sendo mencionadas nas respostas, a exemplo do exame promovido por Portugal: Certificado de Avaliação de Português Língua Estrangeira (CAPLE).

Ainda que pouco mencionado pelos respondentes desta pesquisa, o exame CELPE-Bras, criado em 1998, consolidou-se como a única certificação oficial de proficiência em português para estrangeiros no Brasil, alcançando crescente projeção internacional e tornando-se requisito para ingresso em universidades brasileiras, revalidação de diplomas e inserção em programas como o PEC-G (Programa de Estudantes-Convênio de Graduação) (Dionísio, 2022). Diferentemente de exames centrados em estruturas gramaticais, o CELPE-Bras adota uma perspectiva comunicativa e dialógica da linguagem, avaliando a proficiência a partir de tarefas integradas de compreensão e produção oral e escrita (Mendel; Schoffen, 2017). Além de seu caráter avaliativo, o exame atua como mecanismo de política linguística, alinhando práticas pedagógicas e consolidando o português como recurso estratégico de internacionalização acadêmica e cultural (Dionísio, 2022). No entanto, apesar de sua proposta metodológica diferenciada, o CELPE-Bras não escapa à lógica de produção de desigualdades que marca o campo da certificação internacional: também impõe custos, barreiras de acesso e critérios normativos que nem todos os candidatos conseguem atender. Sua relevância, contudo, reside no fato de não ser um instrumento importado ou replicado de outros modelos hegemônicos, mas um exame criado e aplicado no Brasil, constituindo-se como política linguística própria de afirmação do português no mercado global das línguas.

Essa diferença entre a multiplicidade de exames disponíveis para o inglês e a centralização rígida em torno de certificações como o DELF/DALF, o DELE ou o HSK pode ser compreendida a

partir da distinção proposta por Calvet (2020-2021) entre exportação e importação de línguas. O inglês representa o caso mais evidente de exportação global, com diversos exames concorrentes administrados por instituições de alcance internacional (ETS, British Council, Cambridge, Duolingo), cuja difusão planetária reforça sua posição hipercentral. Já línguas como o francês, o espanhol e o mandarim exemplificam um modelo de exportação mais controlada, no qual o Estado e suas instituições assumem o monopólio da certificação, definindo os parâmetros legítimos de proficiência. Em contrapartida, países periféricos, ao adotarem essas certificações estrangeiras como critério de seleção acadêmica e profissional, posicionam-se como importadores de línguas, reproduzindo a lógica de dependência que marca o mercado linguístico global.

Embora esse modelo centralizado possa assegurar padronização, prestígio e reconhecimento internacional, ele também impõe limitações significativas. A ausência de concorrência entre as certificadoras reduz a flexibilidade de escolha dos candidatos, que ficam sujeitos a critérios de avaliação, prazos e valores definidos por uma única instituição. Ao contrário do inglês – em que múltiplos exames coexistem, como TOEFL, IELTS, CEQ e, mais recentemente, o DET –, essas línguas operam sob um regime mais rígido, com menor margem para adaptação às condições financeiras, geográficas ou pedagógicas dos aprendizes. Isso compromete o acesso à certificação e reforça as barreiras que já existem em torno do reconhecimento institucional da proficiência linguística.

Um dado relevante que emerge da pesquisa diz respeito à presença de exames aplicados por universidades específicas. Dois respondentes mencionam terem realizado exame de proficiência da própria universidade, ou seja, instituições que desenvolvem seus próprios mecanismos de aferição da proficiência linguística. Embora ainda representem uma parcela pequena do total, tais iniciativas apontam para uma possível descentralização parcial dos sistemas de certificação, oferecendo alternativas com maior acessibilidade e validade localizada, especialmente quando integradas a programas acadêmicos ou de mobilidade institucional. Nesse cenário, destaca-se também o surgimento de formatos digitais e mais acessíveis, como o DET, que, por ser inteiramente *online* e de baixo custo quando comparado aos demais, vem sendo aceito por um número crescente de universidades.

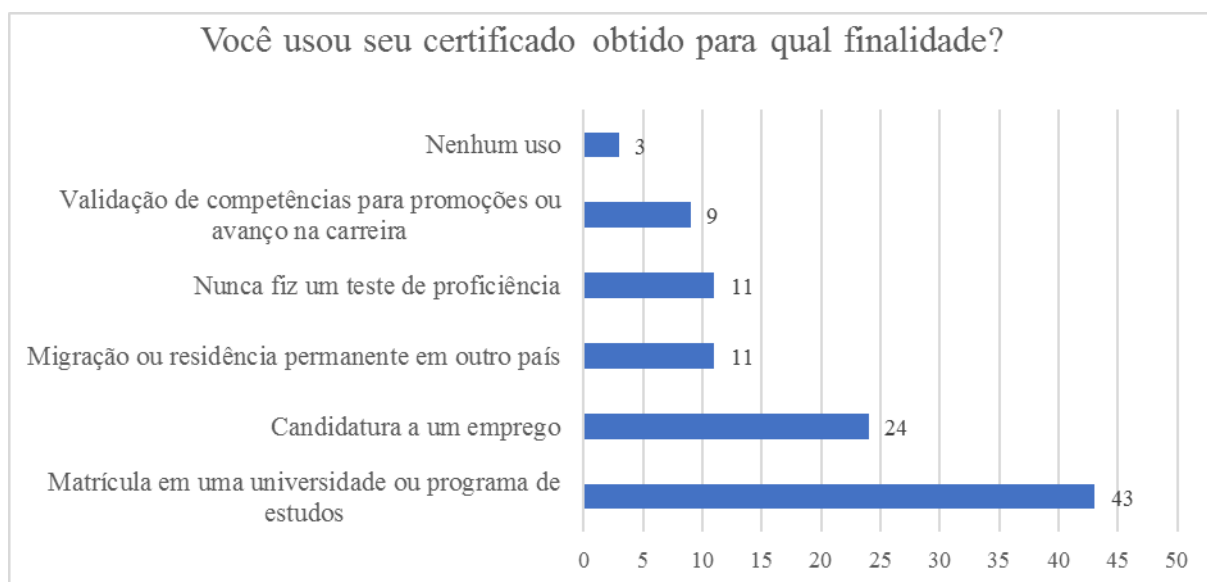
A análise qualitativa das respostas reforça essa tendência, ao evidenciar que o alto custo dos exames tradicionais é uma preocupação recorrente entre os participantes, conforme veremos na próxima seção. De modo geral, a escolha de qual exame realizar raramente é baseada em preferências pedagógicas ou afinidade com o formato: trata-se, sobretudo, de uma decisão estratégica, orientada por critérios de aceitação institucional e requisitos específicos de universidades ou agências.

3.3 Motivações para a certificação: relevância e usos sociais

O dado mais expressivo da pesquisa é que 45 participantes indicaram como principal razão para realizar um teste de proficiência o cumprimento de um requisito acadêmico, como a admissão em universidades. Isso representa uma clara maioria em relação às demais motivações e reforça a centralidade dos exames de proficiência como filtro institucional de acesso à educação superior, especialmente em contextos internacionais. A certificação linguística, nesse caso, não é buscada como reconhecimento de um saber autônomo, mas como exigência para atravessar fronteiras educacionais, o que dialoga com a crítica de Shohamy (2001) aos exames como mecanismos de controle ideológico disfarçados de avaliações técnicas.

Entre os participantes que realizaram testes, 55 foram aprovados e apenas 4 não obtiveram o certificado para o nível de proficiência desejado. Já os 11 que nunca realizaram um exame apontaram como principais razões para nunca terem feito uma dessas provas: o alto custo, a falta de tempo para se preparar e a ausência de exigência formal. Esses fatores evidenciam que, para além da competência linguística, a certificação depende do acesso a recursos financeiros, tempo livre e familiaridade com os critérios institucionais. Como podemos aferir com Bourdieu (1991), a proficiência só adquire valor social quando legitimada por agentes autorizados, convertendo-se assim em capital linguístico reconhecido e mobilizável em contextos de competição educacional ou profissional.

Gráfico 4 – Usos dos certificados de proficiência obtidos

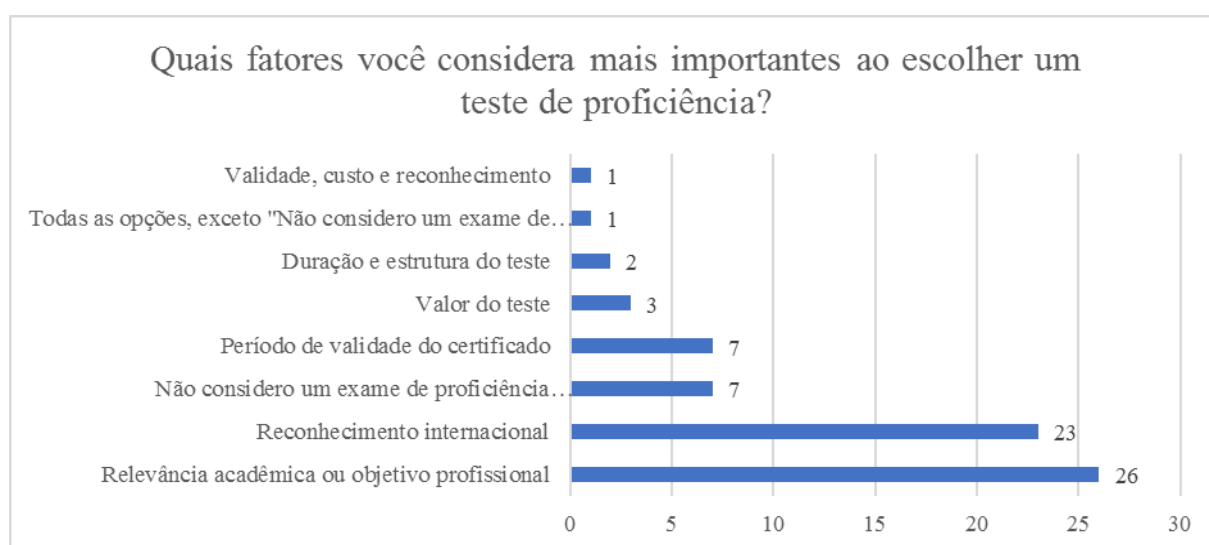


Fonte: elaborado pelos autores, 2025.

A principal finalidade do certificado de proficiência, segundo os respondentes, foi sua utilização para matrícula em programas de ensino ou universidades, mencionada por 43 participantes. Esse dado reforça a ilação já apontada em outras seções: os exames de proficiência funcionam, sobretudo, como portas de entrada para o ensino superior internacional, e não como

simples validação de habilidades linguísticas. Em segundo lugar, aparece o uso para candidatura a empregos (24), seguido por migração ou residência permanente (11) e validação de competências para promoções ou avanço na carreira (9). Apenas três respondentes declararam não ter feito uso algum do certificado, o que confirma seu caráter eminentemente funcional.

Gráfico 5 – Fatores de escolha do teste de proficiência



Fonte: elaborado pelos autores, 2025.

Quando se observam os critérios considerados mais importantes na escolha do exame, a relevância acadêmica ou profissional aparece como o fator prioritário (26 respostas), seguida de perto pelo reconhecimento internacional (23). Isso mostra que a seleção do teste não é orientada por afinidade pedagógica, facilidade ou custo, mas por exigências externas que atribuem valor simbólico e prático ao certificado obtido. Os dados, mais uma vez, reforçam a crítica de Shohamy (2001), que aponta os exames como instrumentos de regulação social, e a de Spolsky (2004), que afirma que a política linguística se manifesta não apenas nas leis e documentos oficiais, mas também em decisões institucionais que regulam quem tem acesso a certos direitos, como ocorre na exigência de certificados de proficiência como forma de legitimar competências linguísticas.

Outros fatores como validade do certificado, custo e estrutura do teste aparecem com frequência muito menor, sugerindo que esses elementos são considerados secundários quando comparados à capacidade do exame de garantir acesso a instituições e oportunidades. Em outras palavras, um teste difícil ou caro pode ser preferido desde que seja amplamente aceito e valorizado no campo acadêmico ou no mercado de trabalho. Essa lógica remete diretamente à noção de capital linguístico de Bourdieu (1991), segundo a qual o valor de uma competência linguística não reside apenas em sua utilidade comunicativa, mas em sua capacidade de ser reconhecida e convertida em oportunidades dentro de mercados simbólicos regulados por instituições seletivas. Duas respostas desviaram do padrão de escolher uma das opções, em que o respondente indicou que

considerava todas as opções, exceto a de “Não considero um exame de proficiência importante/relevante” e outro que mencionou “Validade, custo e reconhecimento” do exame como fatores mais importantes.

Os dados demonstram que os exames de proficiência não são escolhidos ou realizados com base em aspectos pedagógicos ou experiências pessoais de aprendizagem, mas como resposta estratégica às exigências de um sistema que transforma a linguagem em credencial. A proficiência, nesse contexto, torna-se uma moeda de troca institucional, cuja circulação está condicionada ao reconhecimento formal de seu valor. Isso aprofunda as desigualdades entre aqueles que conseguem acessar, pagar e planejar estrategicamente sua certificação e aqueles cujas competências linguísticas, ainda que efetivas, permanecem à margem do reconhecimento oficial de uma certificação.

3.4 Discrepâncias entre multilinguismo e certificação formal: uma leitura crítica das escolhas linguísticas

Os dados analisados reforçam o papel central da linguagem como instrumento de mobilidade acadêmica e profissional, além de revelarem como a aprendizagem de línguas estrangeiras é atravessada por motivações pragmáticas, afetivas e geopolíticas. O primeiro aspecto relevante diz respeito à percepção sobre o impacto do preparo para os testes de proficiência: 24 participantes (34,3%) afirmaram que o processo contribuiu significativamente para suas habilidades linguísticas, enquanto 22 (31,4%) avaliaram a contribuição como moderada. Apenas 11 (15,7%) declararam que não houve impacto significativo, e outros 13 (18,6%) ficaram entre a dúvida se houve alguma mudança ou a ausência de experiência com o exame. Esse conjunto indica que, para a maioria, o processo de preparação foi percebido como produtivo para o aprimoramento linguístico, embora essa melhoria esteja condicionada ao formato avaliativo – o que, como argumenta Shohamy (2001), pode levar ao empobrecimento pedagógico quando o ensino se limita ao ensino para o teste.

Todos os 70 participantes afirmaram acreditar que o aprendizado de uma língua estrangeira pode ampliar oportunidades acadêmicas e profissionais em escala global, o que confirma a associação entre conhecimento linguístico e capital simbólico e econômico. Essa unanimidade mostra que, mesmo em contextos em que o uso prático de línguas adicionais pode variar, há um reconhecimento coletivo de que as línguas funcionam como dispositivos de acesso, distinção e mobilidade – ideias centrais na teoria de Bourdieu (1991) sobre o capital linguístico. Esse entendimento também dialoga com a noção de “peso das línguas” formulada por Calvet (2006), em que determinadas línguas acumulam valor estratégico dentro das constelações linguísticas do sistema-mundo, enquanto outras permanecem em posições periféricas.

Gráfico 6 – Interesse geopolítico ou econômico de aprender a língua de um país



Fonte: elaborado pelos autores, 2025.

Esse raciocínio se confirma quando se observa que 44 participantes (62,9%) já se interessaram por aprender uma língua motivados pela importância geopolítica ou econômica do(s) país(es) onde ela é falada, enquanto apenas 26 (37,1%) disseram que esse fator não foi determinante. A maioria, portanto, associa diretamente o valor da língua à sua projeção internacional, o que também orienta decisões sobre quais línguas aprender. Essa motivação utilitarista, ainda que não excludente de outras dimensões, evidencia como a escolha por uma língua está imersa em relações de poder – a língua é menos um fim em si e mais um meio de inserção, prestígio ou sobrevivência profissional.

Mesmo assim, a dimensão afetiva aparece fortemente na relação com a língua. A conexão emocional com a cultura da língua estudada foi considerada “forte” por 29 respondentes, “moderada” por 30, “fraca” por 10, e inexistente apenas para 1 pessoa. Isso indica que, embora a motivação inicial possa ser pragmática, o envolvimento com a língua frequentemente mobiliza afetos, pertencimentos e identificações culturais. Esse dado relativiza a visão puramente estratégica da aprendizagem de línguas e mostra como, ao longo do processo, muitos aprendizes desenvolvem vínculos simbólicos com a cultura da língua-alvo – o que pode ser um fator relevante para a persistência no estudo e na busca por certificação.

Quanto às línguas estudadas, há clara predominância de idiomas com alto “peso linguístico” (Calvet, 2006): o inglês foi mencionado por 63 respondentes, seguido por francês (42), espanhol (36), italiano (24) e alemão (19). Também aparecem o mandarim (12), o português (14), e o árabe (8), entre outros. A presença dessas línguas reforça sua centralidade no mercado linguístico internacional, frequentemente associadas a exames de prestígio, políticas de difusão global e demandas acadêmico-profissionais. As demais línguas mencionadas individualmente – como latim,

tupi antigo, quechua, coreano, tagalog, entre outras – são importantes enquanto manifestação da diversidade linguística da amostra, mas numericamente secundárias. Elas demonstram o interesse por línguas historicamente marginalizadas ou de menor visibilidade global, ainda que sem impacto estatístico expressivo no conjunto da pesquisa.

Embora a amostra revele diversidade linguística, a certificação não acompanhou todas as línguas estudadas. No caso do português, por exemplo, 14 participantes indicaram tê-lo estudado, mas apenas um relatou ter realizado exame de proficiência (como o CELPE-Bras). Isso sugere que nem todo investimento linguístico se converte em exigência institucional de validação, permanecendo, em muitos casos, dissociado de demandas acadêmicas, profissionais ou migratórias.

Assim, os dados revelam um panorama em que o aprendizado de línguas estrangeiras é impulsionado por fatores estruturais – como acesso à educação e ao trabalho –, mas também atravessado por escolhas afetivas e contextos ideológicos. A linguagem é, ao mesmo tempo, meio e fim, instrumento e identidade, certificado e afeto. E os exames de proficiência se tornam os filtros simbólicos que delimitam quem tem o direito de circular, ser ouvido e ser reconhecido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciam o papel central dos testes de proficiência na regulação das oportunidades educacionais e profissionais em escala internacional, sobretudo no ingresso em universidades, empregos e processos migratórios. Mostram também que a escolha das línguas e das certificações está condicionada por relações de poder e pelo “peso das línguas” no sistema-mundo (Calvet, 2006). O inglês, com múltiplas opções certificadoras, domina o mercado, enquanto francês, espanhol e mandarim operam em modelos mais centralizados e rígidos. Parte dos participantes ainda afirmou ter aprendido uma língua motivada pela relevância econômica ou geopolítica de seus países, revelando a atuação das línguas como vetores de *soft power* (Nye, 2004) e como formas de capital simbólico (Bourdieu, 1991).

A pesquisa também aponta desigualdades estruturais de acesso: entre os que nunca realizaram exames, destacam-se o alto custo, a falta de tempo e a ausência de exigência formal, o que reforça a crítica de Tollefson (1991) sobre os testes como fronteiras que regulam o acesso a privilégios sociais e econômicos. Embora o caráter voluntário e internacional da amostra impeça generalizações, os achados abrem caminhos para estudos futuros que considerem grupos menos representados e alternativas mais equitativas de certificação.

Diante desse cenário, impõe-se não apenas a revisão crítica do papel dos exames de proficiência como instrumentos centrais das políticas linguísticas contemporâneas, mas também a problematização dos critérios que vinculam mobilidade e reconhecimento exclusivamente à certificação formal. Os dados indicam que a ausência de exame não equivale à ausência de

competência, mas, muitas vezes, à inexistência de exigência institucional ou à limitação de acesso financeiro. A centralidade desses dispositivos tende a transformar a certificação em filtro socioeconômico indireto, restringindo oportunidades àqueles que podem arcar com seus custos. Torna-se, portanto, relevante considerar formas complementares e socialmente mais acessíveis de validação – como exames institucionais internos, certificações com taxas reduzidas ou modelos avaliativos sensíveis às trajetórias reais de aprendizagem – de modo a conciliar rigor técnico e equidade no reconhecimento das habilidades linguísticas.

REFERÊNCIAS

- BLOMMAERT, J. **Discourse: A Critical Introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- BOURDIEU, P. **Language and Symbolic Power**. Cambridge: Polity Press, 1991.
- CALVET, L.-J. **Le Marché aux Langues: essai de politologie linguistique sur la mondialisation**. Paris: Plon, 2002.
- CALVET, L.-J. **Towards an Ecology of World Languages**. Cambridge: Polity Press, 2006.
- CALVET, L.-J. **Les Langues: quel avenir?** Les effets linguistiques de la mondialisation. Paris: CNRS Éditions, 2017.
- CALVET, L.-J. Enseignement des Langues, Géopolitique et Marché aux Langues. **Synergies France**, n. 14-15, p. 113-123, 2020-2021.
- DIONÍSIO, C. I. B. O exame Celpe-Bras como Mecanismo de Política Linguística para Candidatos ao PEC-G. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 7608-7620, jan./mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2022.e74816>. Acesso em: 2 jun. 2025.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 77ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.
- MENDEL, K.; SCHOFFEN, J. R. A Avaliação Integrada no Exame Celpe-Bras e as Tarefas de Leitura e Escrita. **BELT – Brazilian English Language Teaching Journal**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 148-170, jul./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.15448/2178-3640.2017.2.28568>.
- NYE, J. S. **Bound to Lead: The Changing Nature of American Power**. New York: Basic Books, 1990.
- NYE, J. S. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. New York: PublicAffairs, 2004.
- OLIVEIRA, G. M. de. O Lugar das Línguas: a América do Sul e os mercados linguísticos na Nova Economia. **Synergies Brésil**, n. spécial 1, p. 21-30, 2010. Disponível em: <https://gerflint.fr/Base/BresilSPECIAL1/gilvan.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2025.
- PENNYCOOK, A. Postmodernism in Language Policy. In: RICENTO, Thomas (org.). **An Introduction to Language Policy: Theory and Method**. Malden: Blackwell Publishing, 2006. p. 60-76.
- SHOHAMY, E. **The Power of Tests: A Critical Perspective on the Uses of Language Tests**. London: Longman, 2001.
- SPOLSKY, B. **Language Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TOLLEFSON, J. W. **Planning Language, Planning Inequality**: Language Policy in the Community. London: Longman, 1991.

OS AUTORES

Leonardo Alves

Bacharel em Relações Internacionais, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), membro do GT Geopolíticas do Multilinguismo, da Cátedra UNESCO em Políticas Linguísticas para o Multilinguismo (UCLPM), e do Grupo de Pesquisa em Políticas Linguísticas Críticas e Direitos Linguísticos (PoLiTicas).

Gilvan Müller de Oliveira

Doutor e mestre em Linguística, Professor Associado IV da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Coordenador da Cátedra UNESCO em Políticas Linguísticas para o Multilinguismo (UCLPM) e Coordenador de Políticas Linguísticas para a Internacionalização da Secretaria de Relações Internacionais (SINTER/UFSC).